

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROCO..

FOLHA: 10

ASS: ME

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº. 38/2026.

Da autoria do Vereador Sebastião Faustino dos Santos Neto, que pretende autorização Legislativa para apreciar e deliberar sobre o projeto em tela, que **“Altera a denominação da travessa 2 da rua Antônio Serafim Fidêncio, no bairro Maresias, para “rua Gilson Barbosa dos Santos.”**

A propositura objetiva denominar como “Rua Gilson Barbosa dos Santos” a via pública atualmente identificada como Travessa 2 da Rua Antônio Serafim Fidêncio, localizada no bairro Maresias, neste município, prestando homenagem a munícipe que contribuiu para o desenvolvimento da comunidade local.

Sob o aspecto jurídico, a matéria encontra respaldo no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, que confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, incluindo a denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

A iniciativa parlamentar mostra-se legítima, uma vez que não há reserva de iniciativa ao Poder Executivo para proposições dessa natureza, sendo pacífico o entendimento jurisprudencial acerca da competência concorrente do Legislativo Municipal para denominação de vias públicas, desde que observadas as normas locais aplicáveis.

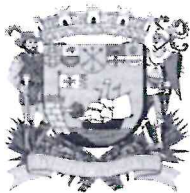
Verifica-se que a proposição atende ao interesse público ao preservar a memória de cidadão reconhecido por sua contribuição histórica e social à comunidade do bairro de Maresias, valorizando a identidade e a história local.

Quanto à técnica legislativa, o projeto encontra-se redigido em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar Federal n.º 95/1998, apresentando clareza, objetividade e adequada estrutura normativa.

A respeito do parecer jurídico legislativo apresentado nesta Casa de Leis, o Procurador Legislativo declarou que a matéria tratada no presente projeto se insere naquelas abrangidas pelo artigo 30, inciso I, da Constituição Federal. Com relação à autoria, o projeto de lei também se encontra formalmente em ordem em consonância com o disposto no artigo 40, inciso I da Lei Orgânica Municipal e artigo 138, parágrafo 1º inciso I do Regimento Interno da Câmara de São Sebastião e de acordo com o Tema 1070 do STF pacificado em 2019.

Dessa forma, a Comissão reuniu-se e decidiu emitir um parecer favorável à aprovação do projeto em questão, de acordo com o parecer jurídico legislativo, podendo prosseguir e ser votado pelo Plenário desta





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Litoral Norte – São Paulo

PROC. _____

FOLHA: 11

ASS. mc

Edilidade, uma vez que não apresenta vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidades.

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2026.

Henriana Pessuto Candido Lacerda
PRESIDENTE

Diego de Castro Pereira
SECRETÁRIO

Maria Angela Laurito de Moraes
MEMBRO

APROVADO EM única DISCUSSÃO
POR unanimidade DE VOTOS

SALA VEREADOR ZINO MILITÃO DOS SANTOS

26 / 05 / 26

PRESIDENTE

